



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

PROJETO BÁSICO

Processo Administrativo nº 23076.005535/2020-02

1. Objeto

- 1.1 Trata-se de Concessão remunerada de uso de área física do Centro Cultural Benfica – Pró-reitoria de Extensão e Cultura/UFPE, medindo 1.453,94 m² de área útil, para exploração econômica de serviços de estacionamento no Prédio do Centro Cultural Benfica, localizado na Rua Benfica, 157 - Madalena, Recife - PE, 50720-001 - Recife-PE (Campus Centro).
- 1.2 O objeto desta concorrência, tipo maior oferta, destina-se exclusivamente para fins específicos a que foi proposta, sendo expressamente vedado o seu uso por terceiros, a qualquer forma, ou pela concessionária, para outras finalidades.
- 1.3 A CONCESSIONÁRIA deverá garantir o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos espaços concedidos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o seu adequado manejo envolvido nas atividades que compõem as rotinas dos espaços e a capacitação de pessoal envolvido.
 - 1.3.1. Atentar para os cuidados necessários para que, da consecução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
 - 1.3.2. O acondicionamento dos resíduos sólidos deve ser efetuado em coletores compatíveis com o tipo e a quantidade de resíduos gerados e serve para preparar os resíduos para a coleta de forma adequada, além de minimizar o impacto visual e olfativo, evitar acidentes e a proliferação de vetores;
 - 1.3.3. Ações de educação ambiental e sensibilização sobre o manejo dos resíduos gerados para os colaboradores que prestarão serviços a concessionária;
 - 1.3.4. As recomendações foram baseadas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 1.4. O espaço objeto desta concessão de uso será disponibilizado para ocupação diária, no horário das 06:00h (seis horas) até às 22:00h (vinte e duas horas), de segunda a sexta-feira, em

dias úteis (dias de expediente), no Centro Cultural Benfica – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/UFPE.

1.5. A Área a ser concedida está identificada na Planta Baixa, que consta do laudo técnico de avaliação fornecido pela CCBI - Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis/SINFRA, (Anexo I, deste Projeto Básico);

1.6. As condições físicas da área a ser concedida constam do laudo técnico de avaliação fornecido pela CCBI - Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis/SINFRA (Anexo I, deste Projeto Básico);

1.7. Serão destinadas 10% das vagas para servidores e estudantes da UFPE que estejam realizando atividades ou visitação no Centro Cultural Benfica.

1.8 O consentimento de uso do espaço se dará por meio de concessão de área física, onde o pagamento da contraprestação será através de GRU – Guia de recolhimento da União, emitida pela PROGEST – Pró Reitoria de Gestão Administrativa/UFPE.

1.9 O valor da concessão de uso da área física para o estacionamento do Centro Cultural Benfica, consta do parecer técnico de avaliação imobiliária de uso restrito, fornecido pela CCBI - Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis/SINFRA, cujo valor estimado para contraprestação mensal mínima do terreno é de R\$ 5.738,07 (cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e sete centavos) o preço unitário é de R\$3,95/m, com valor global anual mínimo de R\$ 68.856,84 (sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

2. Fundamentação Legal

2.1 O processo licitatório será baseado nos termos da lei 8.666/1993, suas alterações e regulamentações posteriores na Lei 9.636/1998, Lei 9.503/1997, Lei 10.048/2000, Lei 10.098/2000, e suas respectivas alterações.

3. Justificativa

3.1 Da Concessão de uso do espaço físico

3.1.1 O espaço a ser concedido decorre da necessidade da otimização do uso dos espaços de convivência disponíveis no Centro Cultural Benfica, com a exploração econômica de serviços de estacionamento visando proporcionar melhor qualidade no trânsito e segurança dos usuários da região.

3.1.2 O Centro Cultural Benfica exerce suas atividades, administrativas e acadêmicas, nos três turnos no período de 06:00h (seis horas) às 22h (vinte e duas horas), a concessão da

área física visa atender a demanda local por usuários internos e externos pelo serviço de estacionamento.

- 3.1.3 Tendo em vista a não utilização da área física pelo Centro Cultural Benfica e não previsão de sua utilização, assim como a inexistência do serviço de estacionamento em uma área de grande circulação de transportes, a concessão de uso visa proporcionar a sociedade um fornecimento deste serviço.

4. Valor Estimado para Contraprestação

- 4.1 O valor mínimo a ser proposto para a contraprestação mensal do terreno é de R\$ 5.738,07 (cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e sete centavos), conforme consta no parecer técnico de avaliação imobiliária de uso restrito, fornecido pela CCBI - Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis/SINFRA.

- 4.2 A contraprestação mensal pela concessão de uso de área física deverá ser recolhida até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, fornecida pela Coordenação Administrativa Financeira da PROGEST/UFPE.

- 4.3. O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais períodos, a critério único e exclusivo da UFPE, até o limite de 60 (sessenta) meses em sua totalidade.

5. Documentação

- a) Declaração firmada pelo representante legal de que não possui em seu quadro pessoal (empregados) menores em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII Art. 7º da CF/88, e Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à sua habilitação;
- b) Faculta-se ao licitante realizar vistoria nas instalações do local de execução do serviço, para conhecimento das informações técnicas e condições locais da área objeto desta licitação. O Atestado de Visita, conforme modelo **Anexo III** deste Projeto Básico, será firmado pelo servidor Kleber Theófilo Silva Santos, SIAPE 1732865, lotado na Gerência de Infraestruturas, Equipamentos e Manutenção – Proexc. O prazo para agendamento iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Em dia e horário a confirmar pelo fone (81) 2126-7387 ou através do e-mail cultura@ufpe.br, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 17h. Para vistoria, se for o caso, o licitante ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da vistoria.

b.1) Caso não opte pela realização da vistoria, a licitante deverá declarar, conforme modelo **Anexo IV** deste Projeto Básico, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

c) Declaração de inexistência de débito para com a UFPE, conforme **Anexo V**, relativo à concessão do uso de área física, expedida pela Coordenação Administrativa e Financeira da PROGEST/UFPE, fornecida **até o 2º (segundo) dia útil anterior** à abertura dos envelopes.

d) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Liquidação Judicial ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, dentro do prazo de validade previsto na própria Certidão, ou na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias da data do recebimento dos envelopes;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) Atender as condições exigidas para o cadastro e habilitação parcial no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF;

g) As pessoas jurídicas com cadastro ativo no SICAF, com documentação válida, são dispensadas de apresentar a documentação indicada no item “h”.

h) As empresas não cadastradas poderão participar da licitação desde que apresentem à C.P.L.: (1) “O Recibo de Solicitação de Serviço – RSS, comprovante do seu requerimento de inscrição no SICAF, solicitado até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas ou (2) a seguinte documentação válida dentro do ENVELOPE 1, devidamente autenticada:

1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até no máximo 01 (um) ano antes da data prevista para entrega dos envelopes, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores;

2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

3. Registro Geral – RG e Cadastro Pessoa Física dos diretores/gerentes;

4. Demonstração contábil do último exercício;

5. Certidões negativas de débitos referentes aos Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social, probatórias de regularidade perante a Receita Federal do Brasil;

6. Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas Estadual e Municipal;
7. Prova de regularidade perante o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

6. Obrigações da Concessionária

- 6.1. Iniciar a exploração do objeto contratual no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do termo de contrato;
- 6.2. Observar o horário para funcionamento, de **segunda à sexta-feira das 06:00 (seis horas) às 22:00 horas (vinte e duas horas)**, salvo autorização expressa em contrário dada pela Diretoria de Cultura (PROEXC/UFPE), com ciência do Gestor do Contrato, visando atender conveniência de ordem administrativa;
- 6.3. Manter a tabela de preços em local visível;
- 6.4. Se houver interesse da Concessionária, poderão ocorrer vendas a crédito, sob seu controle, eximindo-se a Concedente de qualquer responsabilidade por inadimplência dos devedores;
- 6.5. Após o início dos serviços, os mesmos não poderão ser paralisados, a não ser por ordem expressa do Gestor do Contrato, ou de quem receber sua delegação;
- 6.6. Fornecer lixeiras com tampa móvel e sacos de plásticos no interior, para toda área do estabelecimento e de acordo com as normas de coleta seletiva e de responsabilidade ambiental;
- 6.7. Manter em perfeito estado de conservação e limpeza o local, as instalações e equipamentos de propriedade da UFPE, se houver, que estiverem sob sua guarda e responsabilidade, obrigando-se a devolvê-los, ao término do CONTRATO, nas mesmas condições de conservação em que os receberam, inclusive pintura, no que couber;
- 6.8. Pagar pontualmente a contraprestação mensal, apresentando à Coordenação de Infraestrutura, Finanças e Compras/PROGEST e ao Gestor do Contrato, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após o vencimento do encargo mensal, a guia probatória do recolhimento efetivado; Da mesma forma e prazo estipulado acima, deverá apresentar as guias com as devidas quitações das despesas com energia elétrica;
- 6.9. Desocupar a área física no prazo máximo de até de **30 (trinta) dias corridos**, após a rescisão do contrato, deixando as instalações do ambiente em perfeitas condições de funcionamento, de forma a não interromper o fornecimento do próximo concessionário;
- 6.10. Assumir todas as responsabilidades relativas a seus empregados, inclusive para atendimento em casos de emergência por acidentes ou qualquer mal súbito;
- 6.11. Manter disponível para equipe de fiscalização e inspeção da UFPE ou para fiscalização externa, toda documentação, inclusive licenças, autorização de funcionamento e alvará para o exercício de suas atividades comerciais resultantes da execução do contrato;

- 6.12. Não comercializar bebidas alcoólicas, cigarros, charutos ou qualquer outro serviço que não seja o objeto do contrato;
- 6.13. É vedada a transferência, locação, sublocação, concessão, subdivisão ou empréstimo da área objeto desse contrato, no todo ou parcialmente, sem expressa autorização da UFPE;
- 6.14. Facilitar à UFPE a fiscalização e inspeção da área física, bem como o cumprimento das obrigações;
- 6.15. Manter durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;
- 6.16. Responder pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias relativas ao pessoal utilizado para a execução do objeto do CONTRATO, se for o caso, bem como responsabilizar-se sobre quaisquer encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
- 6.17. Não será permitida a colocação de propagandas comerciais nas paredes ou na área concedida.
- 6.18. É proibida a utilização do espaço para exposição de produtos comerciais, reuniões ou atos públicos, sem a prévia anuência da UFPE.
- 6.19. A UFPE não responderá, sob qualquer hipótese ou pretexto, por eventuais débitos de seus servidores com a concessionária;
- 6.20. Sujeitar-se-á a penalidades administrativas, cíveis e criminais a concessionária, seus empregados, prepostos, ou quem os representem, que infringam as normas ambientais vigentes, mormente pela degradação do ambiente, da flora e da fauna nos campi da UFPE.
- 6.21. A concessionária deve atender aos requisitos de sustentabilidade descritos no **subitem 1.3** deste Projeto Básico.
- 6.22. Nenhum vínculo de natureza empregatícia se estabelecerá entre a Universidade Federal de Pernambuco e a concessionária, seus empregados, prepostos ou quem os representem.
- 6.23. As obrigações decorrentes da exploração do objeto do CONTRATO são de inteira responsabilidade da concessionária, não cabendo à UFPE responder por compromissos assumidos por aquela ou direitos havidos de terceiros;
- 6.24. A concessionária deverá primar pelo fornecimento de serviços com qualidade e dentro das normas vigentes, assim como deverá cumprir com os horários estabelecidos.
- 6.25. A concessionária deverá destinar 10% do total das vagas para servidores e estudantes da UFPE que estiverem realizando atividades ou visitação ao Centro Cultural Benfica.

6.26 A concessionária deverá destinar 5% do total de vagas para os idosos e 2% do total das vagas para pessoas com deficiência, devidamente sinalizadas e com reservas respeitando maior comodidade a ambas situações

7. Vigência Contratual

7.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato será de **12 (doze) meses**, tendo por data inicial a data da sua assinatura. Podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por igual período, a critério único e exclusivo da UFPE, até o limite de 60 (sessenta) meses em sua totalidade.

7.2. O início da concessão de uso da área física deve ser em **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da assinatura do contrato.

8. Gestão do Contrato

8.1. A gestão do referido contrato ficará sob tutela do servidor, Kleber Theofilo Silva Santos, SIAPE 1732865, lotado na Gerência de Infraestruturas, Equipamentos e Manutenção – Proexc, telefone 81- 2126-7387, e-mail: kleber.ssantos@ufpe.br, em caso de substituição, assume o servidor Jeims Duarte dos Santos, SIAPE nº 1467687, email: jeims.dsantos@ufpe.br. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor Talles Raul Colatino de Barros, SIAPE nº 2266351, telefone 81 – 2126-7388; e-mail: talles.colatino@ufpe.br, em caso de substituição, assume a servidora Milena Costa Marques, SIAPE nº 1650056, e-mail: milena.marques@ufpe.br, que verificarão de modo sistemático o cumprimento das disposições do CONTRATO e das ordens emanadas da Administração, bem como o estado de conservação da edificação, informando a esta, em tempo hábil, as ocorrências e todas as providências tomadas

8.2. Nos casos de expiração da vigência ou de rescisão contratual, a devolução da área entregue a CONCESSIONÁRIA, deverá ser formalizada mediante termo acompanhado de laudo de vistoria, no qual deverá ser informada a data da devolução.

9. Obrigações da UFPE

9.1. Adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do CONTRATO;

9.2. Entregar, o que se perfaz neste ato, a área concedida, limpa e desimpedida de quaisquer ônus;

9.3. Orientar, supervisionar e controlar a execução do objeto ora contratado por meio do responsável pela fiscalização da área;

9.4. Manter arquivado, junto ao CONTRATO, toda a correspondência trocada entre as partes;

9.5. Notificar a CONCESSIONÁRIA, por escrito, sobre qualquer irregularidade que diga respeito ao CONTRATO;

9.6. Manter firme e valiosa a concessão, desde que mantidas as condições pactuadas;

9.7. Providenciar a publicação resumida do contrato e de seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União.

9.8. Manter arquivada, junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado este Projeto Básico, toda a documentação a ele referente

10. Taxa de Serviços Públicos

10.1. A taxa referente ao consumo energia elétrica será de responsabilidade da Concessionária.

10.2. A taxa mensal de ENERGIA ELÉTRICA referente à área física concedida será obtida através de estimativa de consumo e o pagamento será realizado através de GRU – Guia de Recolhimento da União, a ser emitida pela PROGEST – Pró Reitoria de Gestão Administrativa/UFPE, mensalmente.

8.2.1. A referida taxa do serviço público, será reajustada de acordo com o percentual tarifário autorizado pela autoridade governamental.

8.2.2. A comprovação de pagamento da referida taxa de serviço público deve ser apresentada até o 5º dia útil do mês subsequente à Coordenação Administrativa e Financeira da PROGEST/UFPE.

11. Reajuste Contratual

11.1 O valor da contraprestação deverá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, de acordo com o IGP-M ou outro índice que vier substituí-lo, a contar da data da assinatura do Contrato ou Termo de Concessão de uso.

12. Sanções Administrativas

12.1 Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial do CONTRATO e descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes penalidades, após regular processo administrativo:

12.1.1. Advertência por escrito, quando a CONCESSIONÁRIA infringir as obrigações ajustadas no CONTRATO, se tratar-se de primeira falta e não sanar as irregularidades apontadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

12.1.2. Multa na forma estabelecida no subitem **12.3**;

12.1.3. Suspensão temporária de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE por um prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. As penalidades previstas nos itens 12.1.1; 12.1.3 e 12.1.4. poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no 12.1.2. facultada a defesa prévia da CONCESSIONÁRIA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

12.3. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela UFPE, no caso de inexecução total ou inexecução parcial ou retardamento da execução do objeto, garantida ampla defesa e contraditório, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à aplicação **das seguintes multas sobre o valor global do contrato:**

Inexecução Total	30% (trinta por cento)
Inexecução Parcial	10% (dez por cento)
Retardamento da execução	5% (cinco por cento)

12.3.1. Entende-se como **inexecução total** do objeto, quando a CONCESSIONÁRIA **deixar de iniciar**, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias contados da data estipulada para início da execução contratual.

12.3.2. Configurar-se-á **inexecução parcial** quando a CONCESSIONÁRIA:

I. Deixar de realizar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados, ou

II. Suspender injustificadamente o CONTRATO ou der causa a sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos.

12.3.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONCESSIONÁRIA:

I. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias contados da data convencionada em contrato;

12.4. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento será ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento) ao mês**.

12.5. A não solução da irregularidade apontada, no prazo de trinta dias contados a partir da data da comunicação da irregularidade, acarretará a automática rescisão do CONTRATO.



12.6. Além das penalidades citadas, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber.

12.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência/multa.

13. Benfeitorias

13.1 As benfeitorias existentes serão utilizadas de acordo com a finalidade do CONTRATO, respondendo a CONCESSIONÁRIA, isoladamente, por sua manutenção e preservação, devendo ser as mesmas, juntamente com a área em que assentam, restituídas à UFPE em condições de uso idênticas às da época do recebimento, ressalvadas as modificações expressamente autorizadas por esta.

13.2 Nenhuma alteração na estrutura física e planta das instalações poderá ser efetuada sem consentimento prévio e expresso da Superintendência de Infraestrutura – SINFRA, da UFPE, ficando qualquer acréscimo ou melhorias realizadas pela CONCESSIONÁRIA incorporadas ao imóvel, sem direito a qualquer indenização ou retenção sobre o imóvel.

13.3 As benfeitorias erigidas pela CONCESSIONÁRIA, com o consentimento da UFPE, incorporar-se-ão, sem quaisquer direitos de retenção sobre a área utilizada, ao patrimônio desta, conforme avaliação da Coordenação e Cadastro de Bens e Imóveis – CCBI, da SINFRA, findo o prazo contratual ou quando rescindido o CONTRATO.

13.4 A conservação e manutenção do espaço físico ficarão por conta da CONCESSIONÁRIA, devendo ser acompanhada pelo gestor do contrato.

Recife, 30 de novembro de 2021

Kleber Theófilo Silva Santos
Administrador Predial
SIAPE 1732865

Helio Marcio Pajeú
Diretor de Cultura
SIAPE 1707921

PROExc

PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

Oussama Naouar
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
SIAPE 1971764

Alfredo Macêdo Gomes
Reitor
SIAPE nº 1171268

ANEXOS DO TERMO DO PROJETO BÁSICO

ANEXO I - PLANTA COM LOCALIZAÇÃO DA ÁREA FÍSICA

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

PROExc

PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

ANEXO III - ATESTADO DE VISITA

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO - CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E PECULIARIDADES
INERENTES À NATUREZA DO TRABALHO**

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

ANEXO I

PLANTA COM LOCALIZAÇÃO DA ÁREA FÍSICA

PROExC

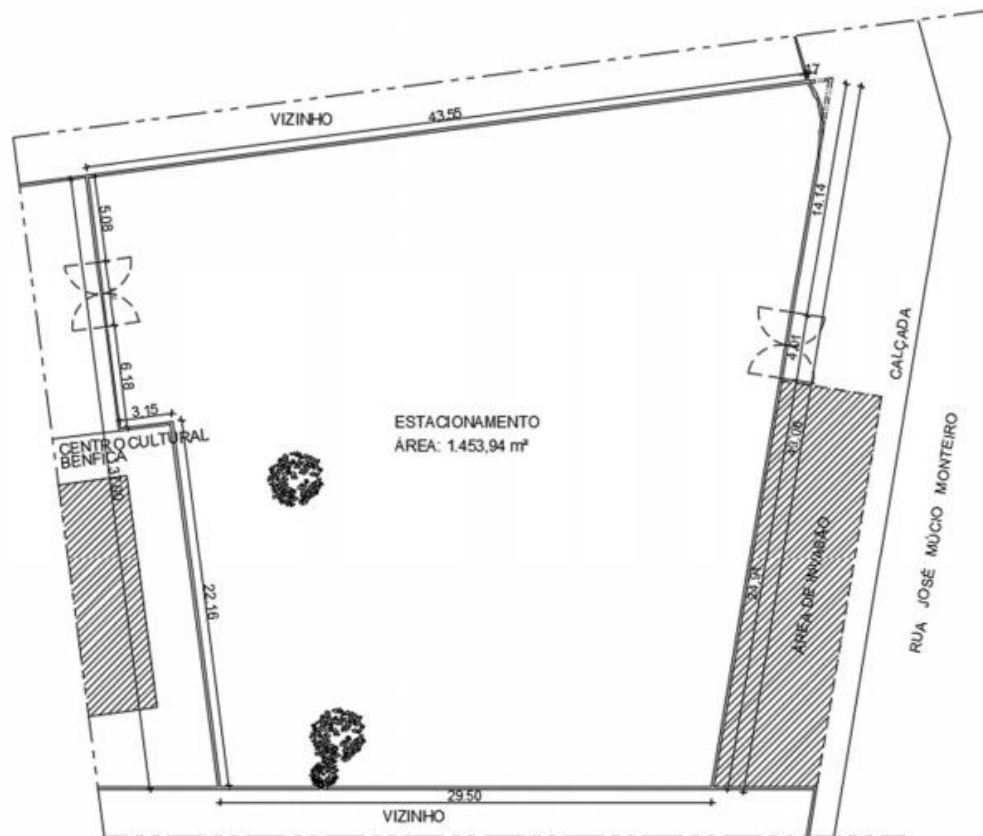
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA



ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

Objeto:



Concessão remunerada de uso de área física, medindo 1.453,94 m² de área útil, localizada no Centro Cultural Benfica (PROEXC/UFPE), Rua Benfica, 157 - Madalena, Recife - PE, 50720-001 - Recife-PE (Campus Centro), destinada à exploração de serviços de Estacionamento.

- a) Valor que propomos recolher à UFPE como contraprestação pelo uso da área física objeto desta licitação: R\$..... (..... reais).
- b) Validade da proposta: dias corridos, a partir da data de entrega da proposta

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO: (facultativo)

Nome:

Função:

Endereço:

CPF:

RG / Órgão Expedidor:

(Local), de de 20.....

ASSINATURA:

NOME:

FUNÇÃO:

Nº DA IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III

ATESTADO DE VISITA

PROExc

PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA



**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO**

PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

Atesto, para os devidos fins, que o Sr., representante da pessoa jurídica, compareceu nesta data, tendo tomado conhecimento de todas as informações e condições locais da área física medindo 1.453,94 m² de área útil, localizada no Centro Cultural Benfica – PROEXC/UFPE, destinada à exploração de serviços de estacionamento.

Recife, de de 20...

Kleber Theofilo Silva Santos / Siape 1732865

De acordo:

Representante da licitante

(assinatura/nome/função e RG)

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO - CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS E PECULIARIDADES INERENTES À
NATUREZA DO TRABALHO**

PROExc

PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA



**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO**

PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

Referente à área física, localizada no Centro Cultural Benfica – PROEXC/UFPE, destinada à exploração do serviço de estacionamento, o Sr., representante da pessoa jurídica declara para os devidos fins, que possui conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizando deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Recife, de de 20....

Representante da licitante
(assinatura /nome/ função e RG)

PROExc

PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PROGEST

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

Declaro, para os devidos fins, que a empresa
....., CNPJ nº, na
presente data, não tem débitos relativos à concessão de uso de área física para com a
Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, de de 20.....

(assinatura e carimbo de servidor lotado na CAF/PROGEST)